



IX CONGRESSO INTERNACIONAL
DE CONTABILIDADE, CUSTOS
E QUALIDADE DO GASTO
NO SETOR PÚBLICO | 2019

Minicurso

Análise Financeira Governamental

Responsáveis:

Luis Manuel Esteves da R. Vieira

Igor Thierry S. Donato

Severino Cesário de Lima

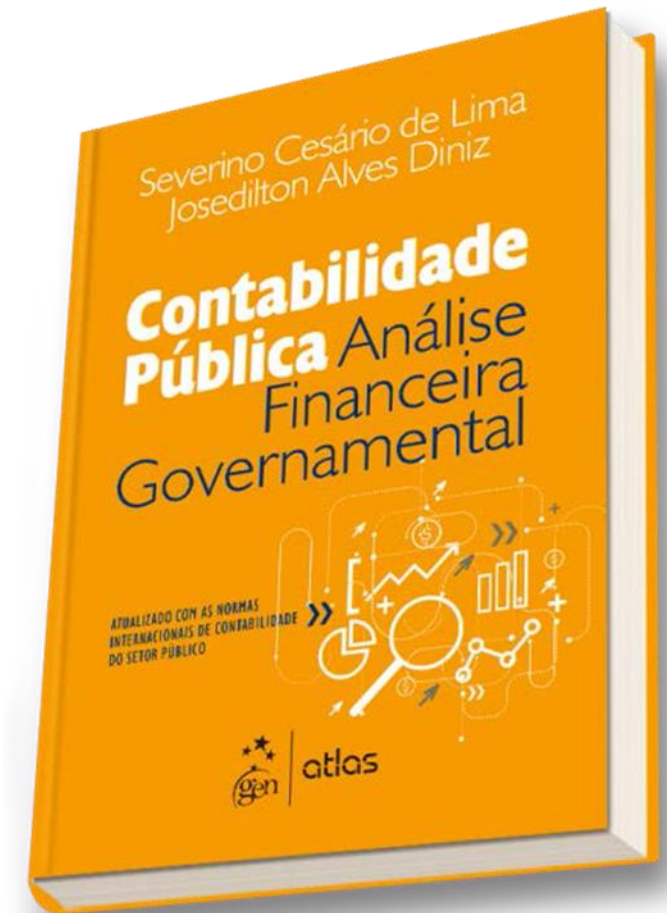
Roteiro do curso

PARTE TEÓRICA

- O que é a Condição Financeira
- Condição Financeira enquanto teoria
- Fatores determinantes da Condição Financeira
- Modelos de análise da Condição Financeira

PARTE PRÁTICA

- Coleta de Dados
- Aplicação do modelo STN (2017)



Parte Teórica

A CONDIÇÃO FINANCEIRA

Condição Financeira

- O exame da condição financeira dos governos locais despertou interesse dos acadêmicos na década de 1970, quando foram divulgadas informações sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelas cidades de Nova York e Cleveland, nos Estados Unidos.

Lima e Diniz (2016)



Condição Financeira

- Na época, estados como Nova York, Ohio e Pensilvânia começaram a desenvolver legislações sobre seus papéis no monitoramento da situação fiscal de governos subnacionais, abordando tópicos como o stress fiscal (ACIR, 1973; Kloha, Weissert & Kleine, 2005).
- Nos últimos anos, acadêmicos, reguladores, normatizadores e agências internacionais de rating, como a Moody's e S&P, concentraram considerável atenção em modelos para mensurar a Condição Financeira e prever crises financeiras nos governos subnacionais (Rodriguez-Bolívar et al., 2018).

Condição Financeira

Afinal, o que é Condição Financeira?

Condição Financeira

- A condição financeira é entendida como a capacidade de um governo em continuar a fornecer serviços à comunidade e satisfazer suas obrigações financeiras, tão logo exigidas (GASB, 1987)
- Groves, Valente e Nollenberg (2003), definem Condição Financeira como sendo a capacidade dos governos locais:

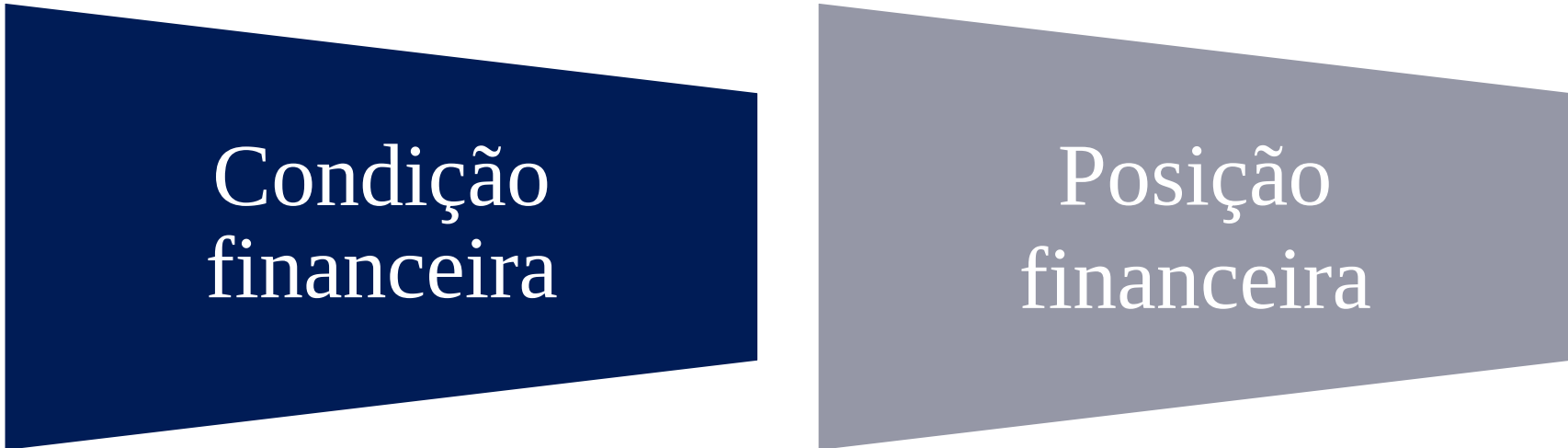
**Manter o nível de
serviços existentes**

**Resistir a rupturas
na economia local e
regional**

**Atender as
demandas
populacionais**

Posição financeira x condição financeira

No processo de análise financeira dos governos dois conceitos são comumente empregados: a condição financeira e a posição financeira. Trata-se de dois conceitos distintos, embora relacionados, não devem ser confundidos.



Condição
financeira

Posição
financeira

Posição financeira x condição financeira

A **posição financeira** é o *status* financeiro do governo em um dado momento, geralmente na data de elaboração das demonstrações contábeis, identificado pela diferença entre ativos e passivos financeiros ou ainda pela diferença entre ativos e passivos totais.

Tem por fundamento aspectos financeiros e patrimoniais.

A **condição financeira** é a medida da saúde fiscal do governo, levando-se em consideração informações contábeis e a condição econômica da comunidade.

Tem por fundamento aspectos financeiros, econômicos, sociais e organizacionais.

Condição Financeira

A relevância que foi atribuída ao estudo da condição financeira dos governos ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000 fez surgirem na literatura várias denominações para caracterizá-la, tais como:

- tensão/estresse fiscal (fiscal stress),
- tensão financeira (financial strain),
- crise fiscal (fiscal crisis),
- dificuldade fiscal (fiscal distress),
- emergência fiscal (fiscal emergency),
- emergência financeira (financial emergency),
- saúde financeira (financial health),
- saúde fiscal (fiscal health).

Má
(Estresse Fiscal)



Boa
(Saúde Fiscal)

Adaptado de Lima e Diniz (2016)

Condição Financeira

Porque é importante conhecer a saúde financeira das cidades?

Importância da Condição Financeira

- ✓ Os governos precisam ser proativos em avaliar constantemente sua condição financeira para poderem continuar prestando serviços básicos à comunidade (saúde, educação, segurança e infraestrutura);
- ✓ Cidades com boa condição financeira fornecem prosperidade econômica e bem-estar à população;
- ✓ A saúde financeira da cidade serve de termômetro para o governo central identificar as disparidades entre cidades a fim de decidir como e quando fornecer ajuda financeira.

Importância da Condição Financeira

RIO GRANDE DO NORTE 

Servidores do RN fazem manifestação por pagamento de salários atrasados e aumento de 16%

Em protesto na manhã desta terça-feira (13), sindicatos também cobraram calendário de pagamentos e realização de concursos.



Por G1 RN
13/08/2019 13h48 - Atualizado há 2 meses

Governo não prioriza atrasos com fornecedores e foca apenas em dívidas "de gestões passadas"

Nas redes sociais, Dino divulgou mensagem em que revelou possível déficit do estado.

Assembleia Legislativa do RN aprova decreto de calamidade financeira no Estado

Votação aconteceu na sessão desta terça-feira (26). Governo argumenta que prevê um déficit de R\$ 1,8 bilhão para 2020.

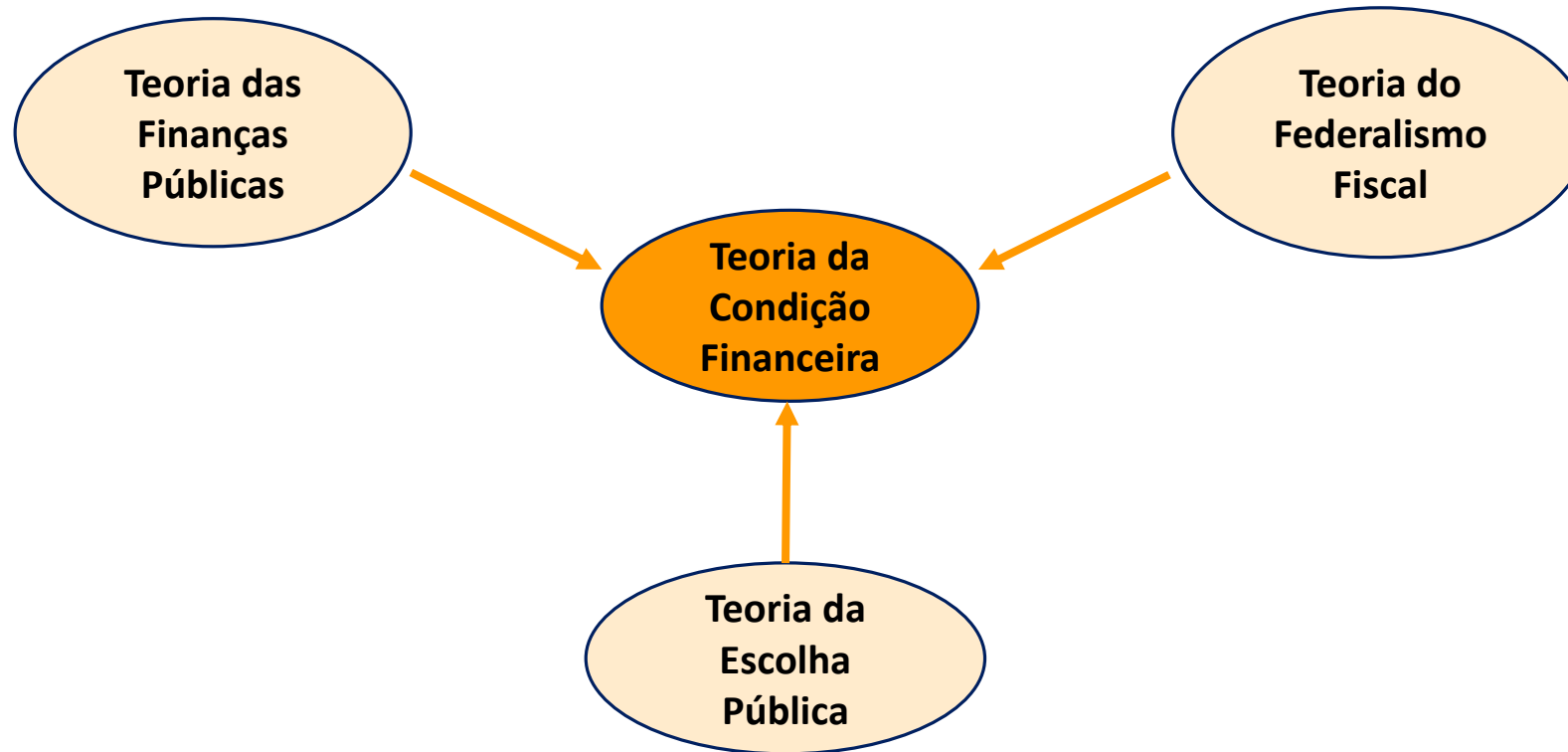
Cidade paga a servidor, mas fornecedor deixa de receber, aponta pesquisa

Mais da metade dos municípios está com o pagamento de prestadores de serviço atrasado

Condição Financeira

Fundamentos da teoria da condição
financeira governamental

Teorias associadas à teoria da condição financeira



Teorias associadas à teoria da condição financeira

Teoria das finanças públicas

A teoria das finanças públicas tem enfoque na existência das ***falhas de mercado*** que tornam necessária a presença do governo, no estudo das ***funções do governo*** e na teoria da ***tributação*** e do ***gasto público***.

As falhas de mercado são fenômenos que impedem que a economia alcance o ótimo de Pareto, ou seja, o estágio de *welfare economics*, ou estado de bem estar social através do livre mercado, sem interferência do governo.

Teorias associadas à teoria da condição financeira

Teoria das finanças públicas

As funções de governo ou funções fiscais, segundo Musgrave são:

- **Estabilizadora:** refere-se à aplicação das diversas políticas econômicas governamentais a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade.
- **Distributiva:** refere-se à redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais.
- **Alocativa:** relaciona-se à alocação de recursos por parte do governo a fim de oferecer bens públicos (rodovias, segurança), bens semipúblicos ou meritórios (educação e saúde), desenvolvimento (construção de usinas).

Teorias associadas à teoria da condição financeira

Teoria do Federalismo Fiscal

O **federalismo** constitui a divisão de poder entre as diversas regiões que compõem um país e abarca um universo que ultrapassa a economia.

O **federalismo fiscal** envolve a distribuição de competências no que concerne às receitas e às despesas, instrumentos da política fiscal, sendo realizada por um conjunto de gestores públicos. Trata a divisão de tarefas entre os níveis de governo para maximizar a eficiência do setor público:

- ✓ As funções fiscais desenvolvidas por Musgrave são assim distribuídas: estabilizadora e distribuidora (a cargo do governo central) e alocativa (a cargo dos governos subnacionais: regionais e locais);
- ✓ Descentralização de gastos e centralização da arrecadação: Quem tributa o quê? Quem oferta cada um dos bens públicos?

Teorias associadas à teoria da condição financeira

Federalismo Fiscal em relação à Condição Financeira - contexto

- ✓ Gap fiscal: as cidades têm o papel de fornecerem bens e serviços à comunidade, mas a receita própria arrecadada não é suficiente, gerando gap fiscal;
- ✓ Desequilíbrio fiscal vertical: os governos de esferas superiores realizam transferências fiscais para equacionar o gap fiscal, mas em muitos casos não é suficiente para atender as necessidades financeiras, gerando desequilíbrios fiscais verticais (*vertical fiscal imbalance*).
- ✓ Desigualdades regionais e desequilíbrio fiscal horizontal.

Teorias associadas à teoria da condição financeira

Federalismo Fiscal em relação à Condição Financeira – consequências e soluções

- ✓ Transferências Intergovernamentais
- ✓ Autonomia financeira: capacidade de obter recursos financeiros próprios de que necessita.
- ✓ Autonomia orçamentária: capacidade que uma unidade de governo local tem para decidir sozinha sobre a política fiscal.
- ✓ *Hard budget constraint* (restrições orçamentárias rígidas) e o problema do *soft budget constraint*

Teorias associadas à teoria da condição financeira

Teoria da Escolha Pública:

É o estudo dos processos de decisão política numa democracia, utilizando o instrumental analítico da economia, fundamentalmente os conceitos de ***comportamento racional*** e ***auto interesse*** que definem o *homo economicus*. Trata-se de um método de análise baseado nos princípios econômicos e aplicado aos objetos de estudo da Ciência Política.

Políticos e burocratas, da mesma forma que empresários e consumidores na economia neoclássica, são atores racionais e estão motivados pelo interesse próprio, que no caso dos políticos consiste em atingir o poder e/ou manter-se nele.

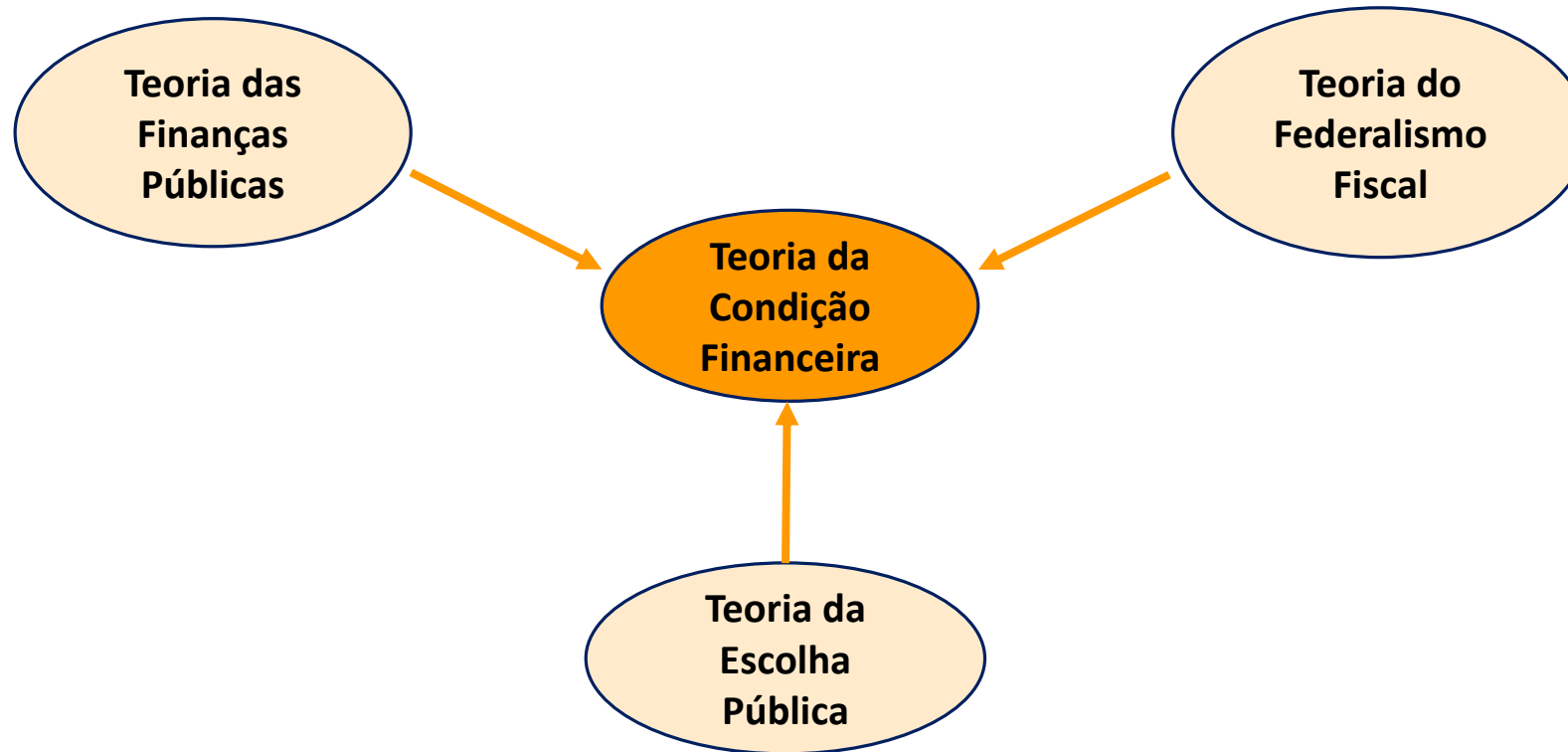
(Borsani, 2004)

Fundamentos da teoria da condição financeira governamental

A condição financeira dos governos é simultaneamente influenciada por fatores externos e internos à organização, tais como: receitas, gastos, práticas fiscais e gerenciais, políticas locais e regionais, legislação, demografia, condições sociais e econômicas, desastres naturais, etc.

(Hendrick, 2004; Kavanagh, 2007; Krishnakumar *et al.*, 2010; Jacob; Hendrick, 2013).

Teorias associadas à teoria da condição financeira



Fundamentos da teoria da condição financeira governamental

Esse corpo de conhecimento ainda não é suficiente para produzir uma teoria completamente elaborada da condição financeira governamental. Entretanto, há um consenso que uma situação fiscal saudável depende de duas condições ou pressupostos básicos:

- uma economia forte que produz receita suficiente para atender ao custo dos serviços públicos enquanto, simultaneamente, fornece emprego e renda, reduzindo a necessidade por alguns gastos públicos;
- gerenciamento fiscal de excelência que minimiza desperdícios, fornece informações necessárias para fazer boas escolhas fiscais e evita o uso de recursos com dependência financeira.

(Stallings, 1979, p. 3 *apud* Hayes, 1990, p. 44)

Características da condição financeira

- ✓ Dimensão temporal: curtíssimo, curto e longo prazo;
- ✓ Ambiente econômico;
- ✓ Multidimensionamento de conceito;
- ✓ Obrigações financeiras implícitas e explícitas;
- ✓ Mensuração por uma composição de variáveis: modelos da condição financeira.

Fatores da Condição Financeira

Quando se fala em mensurar a condição financeira, a primeira ideia que surge é a identificação de **aspectos financeiros** extraídos das demonstrações contábeis da entidade governamental.

Entretanto, a literatura tem revelado que aspectos **ambientais e organizacionais** também exercem influência significativa nesse processo de mensuração para contemplar variáveis que representam a criação de demandas, a geração de recursos e a capacidade dos governantes em desenvolver políticas para adaptar-se ao contexto em que estão operando. (GROVES; VALENTE, 2003, p. 4-5).

Lima e Diniz (2016)

Fatores da Condição Financeira

Existem três diferentes Fatores que devem ser considerado para mensurar a condição financeira, são eles:

Fatores ambientais

**Fatores
organizacionais**

Fatores financeiros

Efeitos dos fatores determinantes da condição financeira

Grande parte dos estudos sobre a condição financeira dos governos locais tem sido desenvolvida para mostrar a influência de fatores externos ou ambientais à organização, mediante a combinação de fatores econômicos e demográficos nas políticas de gastos públicos.

Lima e Diniz (2016)

Fatores da Condição Financeira

A condição financeira é influenciada por **fatores internos** à organização e por **fatores externos**, tais como:

- Crescimento e características socioeconômicas da população;
- Decisões políticas governamentais;
- Mudanças nos padrões de emprego;
- Mudanças na economia local, regional e nacional;
- Mudanças na estrutura da indústria,
- Comércio e serviços;
- Mudanças nas condições do mercado de capitais, dentre outros.

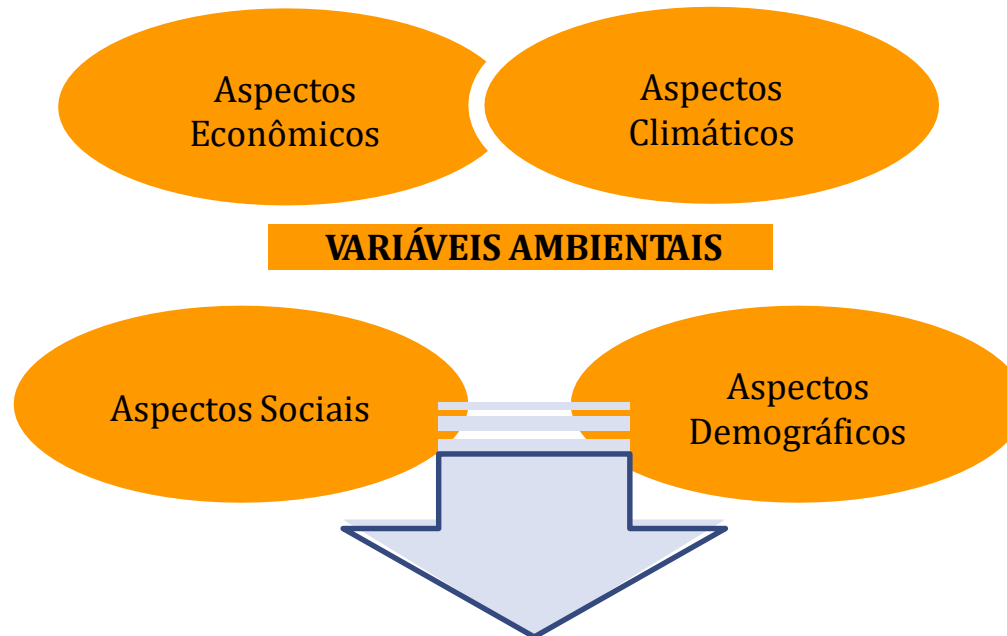
Todos esses fatores precisam ser entendidos e incorporados em uma estrutura para medir, prever e explicar os problemas financeiros dos governos.

ENTE GOVERNAMENTAL

MODELOS FECHADOS



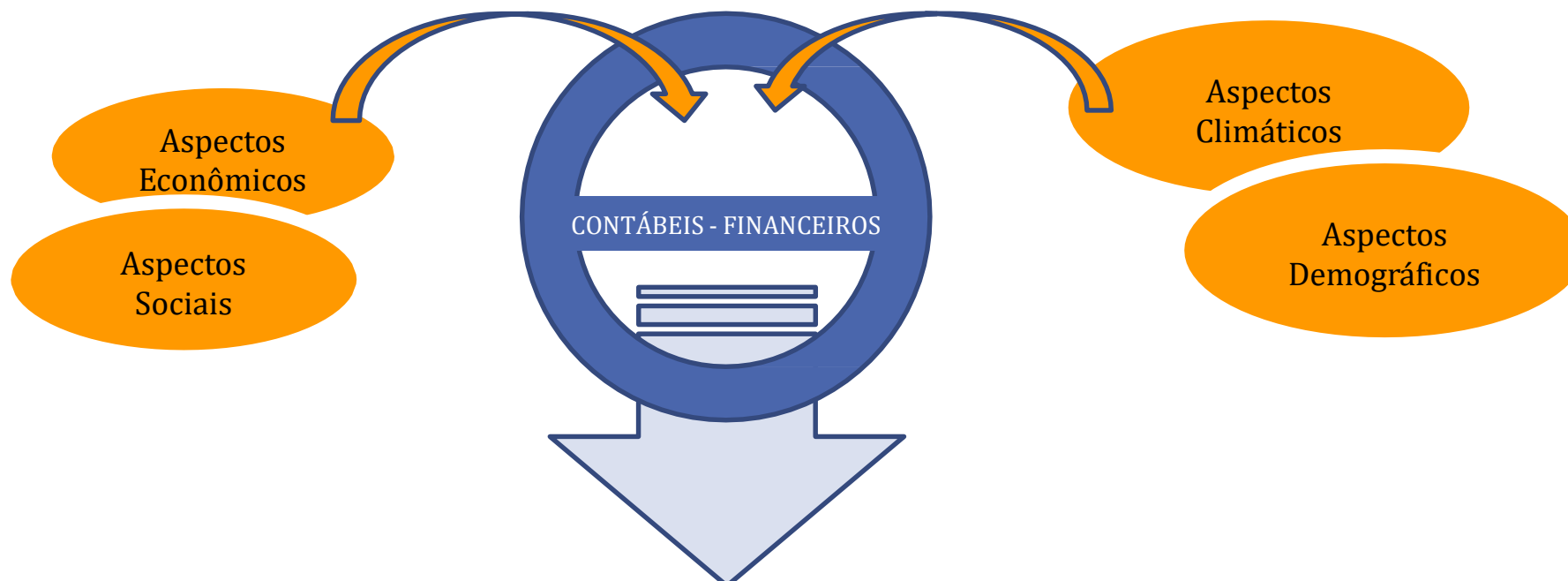
MODELOS ABERTOS



CONDIÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL

ENTE GOVERNAMENTAL

MODELOS Pseudo-aberto



CONDICÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL

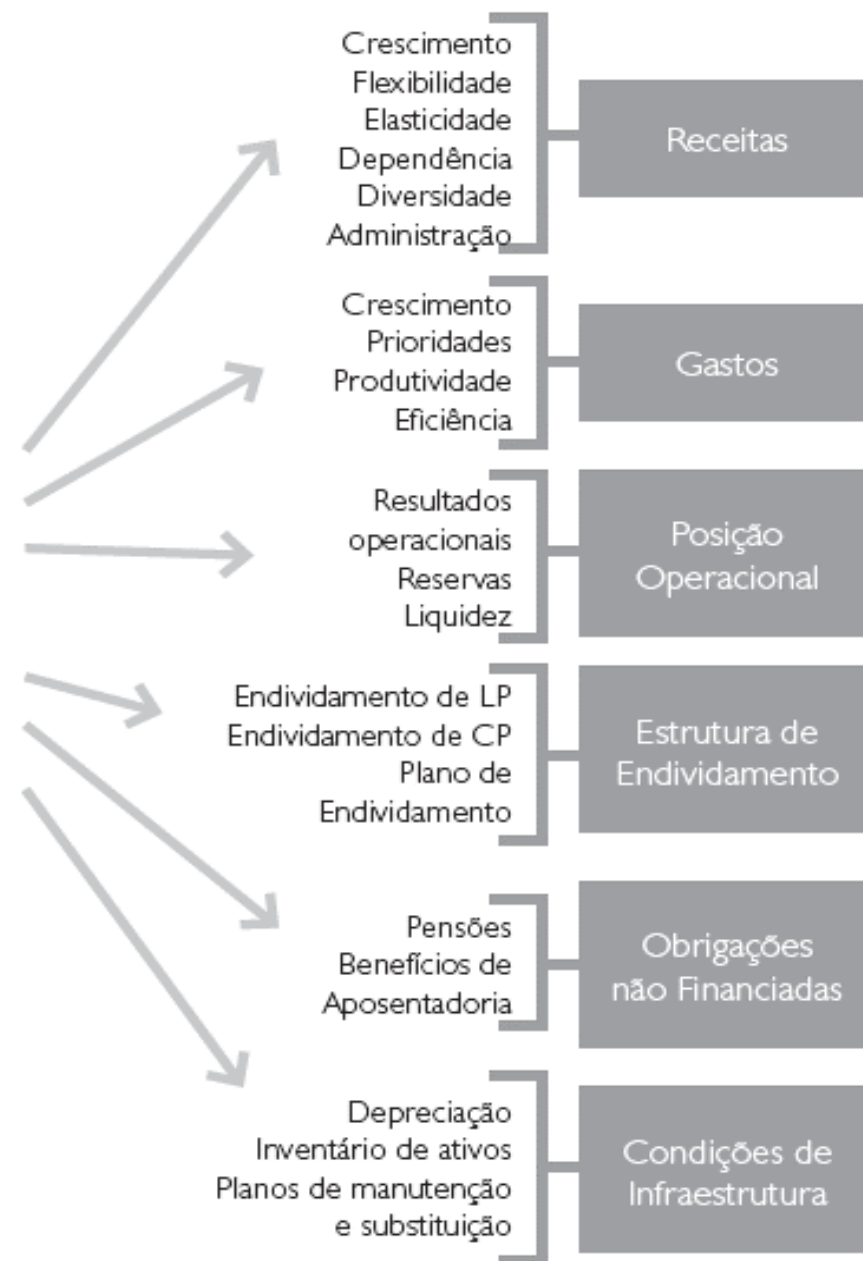
FATORES AMBIENTAIS



FATORES ORGANIZACIONAIS

Práticas Gerenciais e Políticas Legislativas

FATORES FINANCEIROS



Condição Financeira – Fatores Financeiros

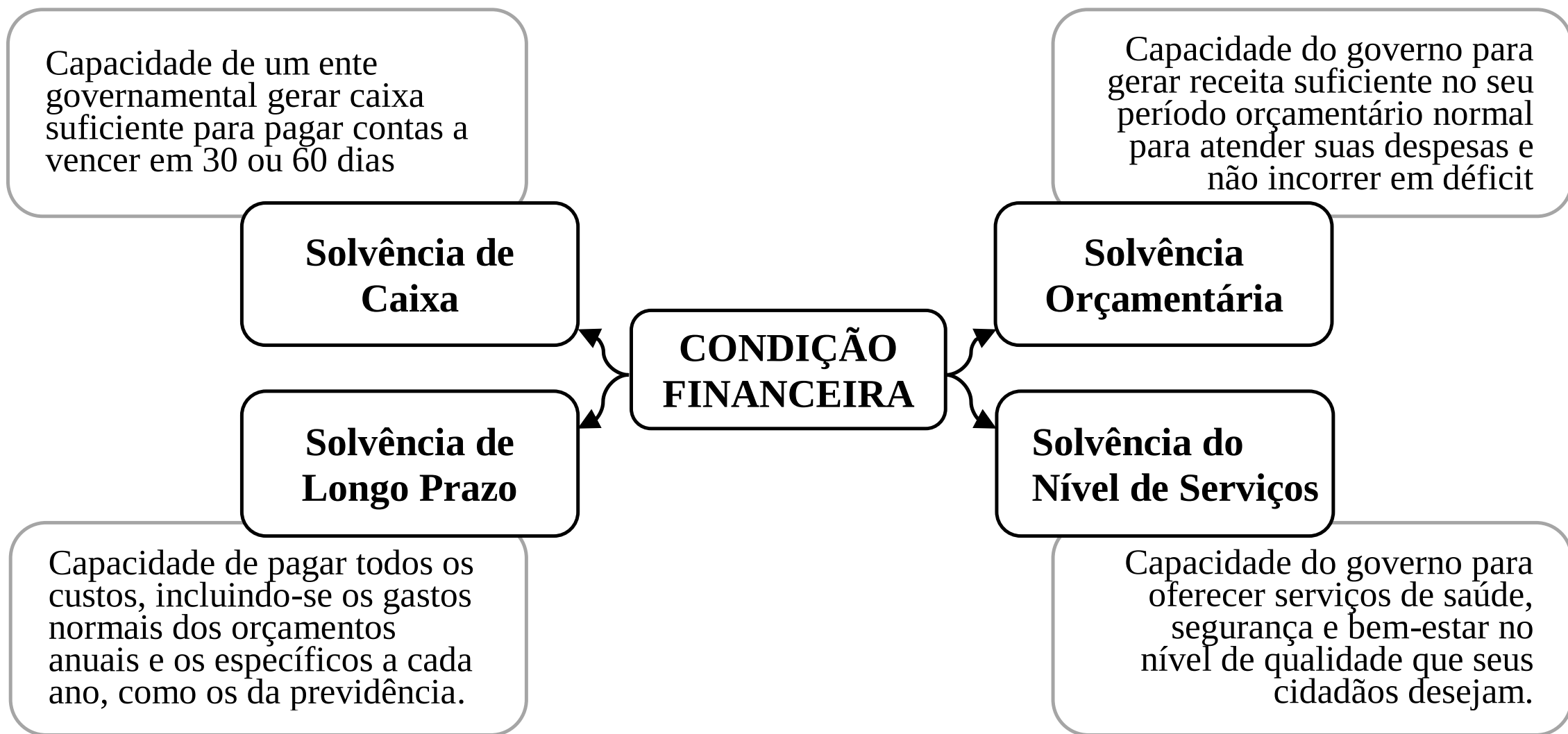
De acordo com Groves e Valente (2003) os fatores financeiros refletem a condição das finanças governamentais e representam o resultado da influência dos fatores ambiental e organizacional. Apresenta-se em 4 (quatro) formas:

- Solvência de caixa;
- Solvência orçamentária;
- Solvência de longo prazo e
- Solvência do nível de serviços.

Questão de análise

O governo está pagando habitualmente todos os custos das operações ou está adiando pagamentos para períodos futuros quando provavelmente as receitas podem não ser tornar disponíveis para pagar esses custos?

Lima e Diniz (2016)



Groves, Valente e Nollenberg (2003)

Construto	Indicadores	Definição Operacional	Autores
Solvência de caixa	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Groves et al. (2003); Lima e Diniz (2011)
	Superávit financeiro	$\frac{\text{Ativo Fin.} - \text{Passivo Fin.}}{\text{Despesas totais}}$	Berne e Schramm (1986);
	Stress test	$\frac{\text{Variação Superávit Fin.}}{\text{Variação Despesas Oper.}}$	Bowman e Calia (1997)
Análise da receita	Receita per capita	$\frac{\text{Receita Operacional}}{\text{População}}$	Groves et al. (2003); Berne e Schramm (1986); Brown (1993,1996); Berne (1992); Mead (2001); Howell e Stamm (1979); Hendrick (2004); Miller (2001); Carmeli (2002).
	Esforço tributário	$\frac{\text{Receita Tributária}}{\text{Renda da Comunidade}}$	Groves et al. (2003); Berne e Schramm (1986); Berne (1992); Ammar et. al. (2001); Peterson et al. (1978); Howell e Stamm (1979); Clark e Chan (1990); Hendrick (2004); Miller (2001)
	Diversificação da receita	$\frac{\text{Tributo}}{\text{Receita Operacional}}$	Brown (1993,1996); Hendrick (2004); Miller (2001); Clark e Ferguson (1983); Ammar et al. (2001, 2004); Carmeli (2002).
	Tendência da receita	$\frac{\text{Rec. atual} - \text{Rec. anterior}}{\text{Rec. anterior}}$	Groves et al. (2003), Berne e Schramm (1986).

Análise dos gastos	Tamanho do setor público	$\frac{\textit{Despesa Total}}{\textit{PIB}}$	Musgrave e Musgrave (1980)
	Participação das despesas com pessoal	$\frac{\textit{Despesa com Pessoal}}{\textit{Despesa Total}}$	Alijarde (1995); Garcia (2003); Gómez e Fernández (2006); López e Conesa (2002); Martínez (1994); Peterson et al. (1978b).
	Participação das despesas operacionais	$\frac{\textit{Despesas Operacionais}}{\textit{Despesa Total}}$	Brown (1993, 1996); Hendrick (2004); Peterson et al. (1978b)
	Prioridade dos gastos	$\frac{\textit{Despesas por Função}}{\textit{Despesa Total}}$	Groves et al. (2003); Berne e Schramm (1986); Mead (2001); Howell e Stamm (1979); Clark e Ferguson (1983); Clark e Chan (1990); Peterson et al. (1978b)
Solvência orçamentária	Cobertura de custeio	$\frac{\textit{Receita Corrente}}{\textit{Despesa Corrente}}$	Martínez (1994); Howell e Stamm (1979); Miller (2001)
	Capacidade de geração de poupança	$\frac{\textit{Rec. Corrente} - \textit{Desp. Cor.}}{\textit{Receita Corrente}}$	Groves et al. (2003); Berne e Schramm (1986); Berne (1992); Mead (2001); Pagano (1993)
	Índice de cresc. de receitas e despesas	$\frac{\textit{Crescimento da Receita}}{\textit{Crescimento da Despesa}}$	Dearborn (1977); Peterson et al. (1978); Groves et al. (2003); Berne e Schramm (1986)
Solvência de longo prazo (dívida e RPPS)	Grau de endividamento	$\frac{\textit{Dívida Consolidada}}{\textit{Receita Corrente Líquida}}$	Groves et al. (2003); Berne e Schramm (1986); Berne (1992); Mead (2001); García (2003); López e Conesa (2002); Alijarde e López (2001); Ingram et al. (1991); Gómez e Fernández (2006).
	Representatividade do serviço da dívida	$\frac{\textit{Amort.} + \textit{Juros Dívida}}{\textit{Despesas totais}}$	Alijarde (1995); García (2003); Dearborn (1977); Peterson et al. (1978); Clark e Chan (1990); Hendrick (2004); Miller (2001); Ammar et al. (2001, 2004)

Fatores determinantes – Ambientais (externos)

Teoria da base econômica: Desempenho econômico e estrutura econômica. Níveis de atividades econômicas produzem emprego e renda; por outro lado, a comunidade demanda bens e serviços públicos.

Fatores sociais, econômicos e demográficos que exercem pressões por gastos públicos e/ou proporcionam a base para a exploração de receitas.

Os fatores ambientais afetam as finanças do governo de duas formas:

- ✓ **criam demandas** como, por exemplo, o crescimento da população que exige mais investimentos em segurança pública, mais escolas, mais hospitais etc.;
- ✓ essas demandas **geram recursos**, uma vez que o crescimento da população aumenta a procura por prestadores de serviços, elevando o nível de arrecadação de impostos sobre a receita.

Fatores determinantes – Ambientais (externos)

Questão de análise

Os fatores ambientais fornecem recursos suficientes para pagar pelas demandas que eles provocam?

Principais variáveis

- **população** (total, distribuída por idade, especialmente acima de 65 e abaixo de 18 anos, e nível de educação);
- **PIB e Renda** (*per capita*, familiar, média, mediana);
- **força de trabalho e emprego** (total de empregos, índice de desemprego, índice de emprego por setor e por ocupação, principais empregadores); e
- **estrutura industrial** (exportações e benefícios).

Grupo	Indicador	Sinal	Autores
Imóveis	Aglomerados habitacionais subnormais	-	Berne e Schramm (1986)
	Percentual de pessoas com casa própria	+	Groves et al., (2003); Berne e Schramm (1986); Lima e Diniz (2016); Rodríguez-Bolívar et al. (2016); Gardini e Grossi (2018)
	Valor total dos imóveis tributáveis	+	
População	Densidade demográfica (hab/km²)	+/-	
	Índice de crescimento populacional	+	
	Razão de dependência (abaixo de 14 e acima de 65)	-	
	População total	+/-	
	Idade média da População	+/-	Lima e Diniz (2016)
Renda	Produto Interno Bruto (PIB)	+	
	Recebedores de assistência pública	-	Groves et al., (2003)
	Percentual de pessoas com até R\$70 de rendimento	-	Groves et al., (2003); Berne e Schramm (1986); Lima e Diniz (2016); Rodríguez-Bolívar et al. (2016); Gardini e Grossi (2018)
	Renda per capita (ou renda anual da comunidade)	+	
	Taxa de desemprego (e de emprego)	-	
Empresas	Número de empresas atuantes	+	Lima e Diniz (2016)
Escolaridade	Percentual de pessoas com nível médio/nível superior	+	
	Taxa de analfabetismo (população com 15 anos ou mais)	-	Berne e Schramm (1986); Lima e Diniz (2016); Rodríguez-Bolívar et al. (2016)
Criminalidade	Número de homicídio para cada 10.000 habitantes	-	Berne e Schramm (1986); Lima e Diniz (2016); Gardini e Grossi (2018)

Fatores determinantes Organizacionais (internos)

Questão de análise

As práticas gerenciais e as políticas possibilitam ao governo responder apropriadamente às mudanças no ambiente?

São práticas gerenciais e políticas legislativas criadas pela administração em resposta às mudanças provocadas pelos fatores ambientais, tais como práticas gerenciais relacionadas à estrutura administrativa do governo, estrutura fazendária, planejamento e controle orçamentário.

Alguns modelos de mensuração da CF



MODELO DE BROWN, 1993

Dimensão	Indicador	Fórmula
Receita	Receita <i>per capita</i>	$\frac{\text{Receita total}}{\text{População}}$
Receita	Representatividade da receita própria	$\frac{\text{Receita corrente} - \text{Transf. correntes}}{\text{Receita total}}$
Receita	Participação das receitas de transferências	$\frac{\text{Transferências correntes}}{\text{Receita total}}$
Despesa	Participação dos gastos operacionais	$\frac{\text{Despesa Corrente}}{\text{Receita total}}$
Posição operacional	Cobertura de despesas	$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}}$
Posição operacional	Recursos para cobertura de queda de arrecadação	$\frac{\text{Superávit financeiro}}{\text{Receita total}}$
Posição operacional	Recursos para cobertura de obrigações de curto prazo	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Obrigações Correntes}}$
Dívida	Comprometimento das receitas correntes com as obrigações de curto prazo	$\frac{\text{Obrigações de Curto Prazo}}{\text{Receita Corrente Liq.}}$
Dívida	Dívida <i>per capita</i>	$\frac{\text{Dívida Consolidada}}{\text{População}}$
Obrigações não financiadas	Comprometimento das receitas correntes com o endividamento	$\frac{\text{Dívida Consolidada}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$

MODELO DE WANG *ET AL* 2007

Dimensão	Indicador	Definição
Solvência de caixa	Posição de caixa	(Caixa + equivalente de caixa + investimentos de curto prazo) / obrigações de curto prazo
	Liquidez imediata	(Caixa + equivalente de caixa + investimentos de curto prazo + recebíveis) / obrigações de curto prazo
	Liquidez corrente	Ativos de curto prazo/obrigações de curto prazo
Solvência orçamentária	Posição operacional	Receita total/despesa total
	Superávit/déficit <i>per capita</i>	Total superávit (déficit)/população
Solvência de longo prazo	Índice de ativos líquidos	Ativos líquidos restritos e não restritos/ativos totais
	Indicador de obrigações de longo prazo	Obrigações de longo prazo/ativos totais
	Obrigações de longo prazo <i>per capita</i>	Obrigações de longo prazo/população
Solvência do nível de serviços	Tributos <i>per capita</i>	Total da receita tributária/população
	Receita <i>per capita</i>	Total da receita/população
	Gastos <i>per capita</i>	Total dos gastos/população

MODELO DE WANG *ET AL* 2007

SOLVÊNCIA DE CAIXA	MUNICIPIO A	MUNICIPIO B	MUNICIPIO C
Posição de caixa	3,69	2,71	0,42
Liquidez imediata	3,73	2,71	0,48
Liquidez corrente	3,69	2,71	0,42

SOLVÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	MUNICIPIO A	MUNICIPIO B	MUNICIPIO C
Posição operacional	1,01	1,00	0,98
Superávit/déficit per capita	22,53	-	-57,18

SOLVÊNCIA DE LONGO PRAZO	MUNICIPIO A	MUNICIPIO B	MUNICIPIO C
Índice de ativos líquidos	0,40	0,64	0,03
Indicador de obrigação de longo prazo	0,28	-	-
Obrigações de longo prazo per capita	420,43	-	-

SOLVÊNCIA DO NÍVEL DE SERVIÇOS	MUNICIPIO A	MUNICIPIO B	MUNICIPIO C
Tributos per capita	101,22	70,48	150,12
Receita per capita	1.948,18	1.193,30	2.428,79
Gastos per capita	1.925,65	1.193,30	2.485,97

Condição Financeira

Tanto os estudos sobre o endividamento quanto os estudos sobre a condição financeira governamental utilizam uma base comum: os indicadores econômicos e fiscais; e perseguem objetivo similar: identificar a saúde financeira dos governos.

Lima e Diniz (2016)

MODELO STN (CAPAG), 2017

A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União.

O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional.



MODELO STN (CAPAG), 2017

- A metodologia do cálculo, dada pela [Portaria MF nº 501/2017](#), é composta por três indicadores: **endividamento**, **poupança corrente** e **índice de liquidez**. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município.
- Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na [Portaria STN nº 882/2018](#).

Indicadores	Fórmulas	Classificações	
I - Endividamento (DC)	$\frac{\text{Dívida Consolidada Bruta}}{\text{Receita Corrente líquida}}$	A B C	DC < 60% 60% < DC < 150% DC > 150%
II - Poupança Corrente (PC)	$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Receita Corrente Ajustada}}$	A B C	PC < 90% 90% < PC < 95% PC > 95%
III - Índice de Liquidez (IL)	$\frac{\text{Obrigações Financeiras}}{\text{Disp. de Caixa Bruta}}$	A C	IL < 1 IL > 1

Indicadores	Fórmulas	Classificações	
I - Endividamento (DC)	$\frac{Dívida Consolidada Bruta}{Receita Corrente líquida}$	A B C	DC < 60% 60% < DC < 150% DC > 150%
II - Poupança Corrente (PC)	$\frac{Despesas Correntes}{Receita Corrente Ajustada}$	A B C	PC < 90% 90% < PC < 95% PC > 95%
III - Índice de Liquidez (IL)	$\frac{Obrigações Financeiras}{Disp. de Caixa Bruta}$	A C	IL < 1 IL > 1

Classificação Parcial do Indicador			Classificação Final da Capacidade de Pagamento
Liquidez	Poupança Corrente	Endividamento	
A	A	A	A
A	A	B	B
A	A	C	
A	B	A	
A	B	B	
A	B	C	
C	C	C	D
Demais combinações			C

MODELO
STN (CAPAG),
2017

UF	CAPAG - 2017	CAPAG - 2018	
AC	B	B	
AL	B	B	
AM	B	B	
AP	B	B	
BA	C	C	
CE	B	B	
DF	C	C	
ES	A	A	
GO	C	C	
MA	B	C	↓
MG ^a	n.d.	n.d.	
MS	C	C	
MT	C	C	
PA	A	B	
PB	B	B	
PE	C	C	
PI	C	B	↑
PR	B	B	
RJ	D	D	
RN	B	C	↓
RO	B	B	
RR ^{a *}	B	B	
RS	D	D	
SC	C	C	
SE	C	C	
SP	B	B	
TO	C	C	

Município	CAPAG - 2017	CAPAG - 2018	
Aracaju - SE	C	B	↑
Belém - PA	B	B	
Belo Horizonte - MG	B	B	
Bom Vista - RR ^a	A	n.d.	↓
Campo Grande - MS	C	C	
Cuiabá - MT	B	B	
Curitiba - PR	C	B	↑
Florianópolis - SC	C	C	
Fortaleza - CE	A	B	
Goiânia - GO	C	C	
João Pessoa - PB	B	B	
Macapá - AP ^a	n.d.	n.d.	
Maceió - AL ^a	C	C	
M Manaus - AM	A	B	
Natal - RN	C	C	
Palmas - TO	C	A	↑
Porto Alegre - RS	C	C	
Porto Velho - RO	B	B	
Recife - PE	C	C	
Rio Branco - AC	A	A	
Rio de Janeiro - RJ	C	C	
Salvador - BA	B	B	
São Luís - MA	C	C	
São Paulo - SP	B	B	
Teresina - PI	B	B	
Vitória - ES	A	A	

MODELO STN (CAPAG), 2017

Indicadores: Endividamento (DC); Poupança Corrente (PC); Liquidez (IL)

- Os indicadores **DC** e **IL** utilizarão como fonte de informação o Relatório de Gestão Fiscal (**RGF**) do Poder Executivo referente ao **3º quadrimestre do último exercício**, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
- Para a apuração do IL serão consideradas apenas as disponibilidades de caixa e as obrigações financeiras das fontes de recursos não vinculadas
- O indicador de **PC** terá como fontes de informação os **Balanços anuais dos três últimos exercícios**, e seu valor no ano t será o resultado **da média ponderada** da relação entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente Ajustada dos exercícios anteriores, conforme a seguinte fórmula:

$$PC = \sum_{t=1}^n \frac{DC_t}{RCA_t} * P_t$$

onde:

PC – indicador de poupança corrente;
DC_t – despesa corrente do exercício t;
RCA_t – receita corrente ajustada do exercício t;
t – corresponde a cada um dos três últimos exercícios encerrados, sendo t=1 o mais recente; e
P_t – corresponde ao peso atribuído a cada exercício, conforme a seguinte tabela:

	Exercício t-1	Exercício t-2	Exercício t-3	Total
Peso	0,50	0,30	0,20	1,00

Parte Prática

COLETA DE DADOS

Exemplo: Municípios do RN

**Coletando dados para o
trabalho**



Coletando dados referentes ao SICONFI

➤ Coleta dos dados:

Sítio eletrônico: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As informações contábeis foram extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - especificamente do Anexo 1 - Balanço Orçamentário (2015 a 2017).

Consultar Finbra

Consultar Declarações

Consultar Matrizes

Consultar Históricos

Consultar Dados Gerenciais

Siconfi

Anteriores ao Siconfi

Pacote de Declarações Anteriores ao Siconfi



		Q	Q	S	S	D
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14

Coletando dados referentes ao siconfi

➤ Coleta dos dados:

Para este caso é importante destacar que os dados são separados entre Siconfi e Finbra. A utilização dos portais depende de como será realizada a coleta que o analista busca realizar. Neste caso, utilizaremos o Siconfi.



BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Ir para o conteúdo 1

Ir para o menu 2

Ir para a busca 3

Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE

ALTO CONTRASTE

MAPA DO SICONFI

siconfi
Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro
TESOURO NACIONAL

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Buscar no Site



[Acessar Área Restrita](#)

[Apresentação](#)

[Publicações](#)

[Taxonomia](#)

[Matriz de Saldos Contábeis](#)

[Consultas](#)

[Ajuda](#)



[Página Inicial do Siconfi](#) / [Consultar Declaração](#)

Consultar Declaração



Ajuda

Esfera: *

Estadual/Distrital



Ente: *

Rio Grande do Norte

Poder: *

Executivo



Órgão: *

Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Exercicio: *

2017



Coletando dados referentes ao siconfi

➤ Coleta dos dados:

Nesta aba, podemos selecionar as informações para que possamos coletar os dados. Utilizei como exemplo o governo do Estado do RN.

Declaração ▾	Estado Atual ▾	Arquivo
Balanco Anual (DCA)	Homologado	PDF XLS XBRL
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 1º bimestre	Homologado	PDF XLS XBRL SIOPE SIOPS
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º bimestre	Homologado	PDF XLS XBRL SIOPE SIOPS
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 3º bimestre	Homologado	PDF XLS XBRL SIOPE SIOPS
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 4º bimestre	Homologado	PDF XLS XBRL SIOPE SIOPS
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 5º bimestre	Homologado	PDF XLS XBRL SIOPE SIOPS
Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 6º bimestre	Homologado	PDF XLS XBRL SIOPE SIOPS
Relatório de Gestão Fiscal - 1º quadrimestre	Homologado	PDF XLS XBRL
Relatório de Gestão Fiscal - 2º quadrimestre	Homologado	PDF XLS XBRL
Relatório de Gestão Fiscal - 3º quadrimestre	Homologado	PDF XLS XBRL

Coletando dados referentes ao siconfi

➤ Coleta dos dados:

Nesta aba, podemos verificar as informações já disponibilizadas pelo governo do Estado do RN para o exercício de 2017. Existem várias formas de realizar o download. O analista deve verificar qual seria a melhor!

Coletando dados referentes ao siconfi

➤ Coleta dos dados:

Uma outra forma de baixar dados, é baixar o de todos os municípios por demonstrativos específicos. Veja o slide a seguir:

Coletando dados referentes ao siconfi

The screenshot shows the Siconfi website interface. The browser address bar displays the URL: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/historico_contas_anuais/historico_contas_anuais_list.jsf. The header includes the Brazilian flag, 'BRASIL', 'Acesso à informação', and navigation links: 'Participe', 'Serviços', 'Legislação', and 'Canais'. Below this, there are links for 'Ir para o conteúdo', 'Ir para o menu', 'Ir para a busca', and 'Ir para o rodapé'. The 'siconfi' logo is prominently displayed, along with the text 'Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro'. A search bar labeled 'Buscar no Site' and a link to 'Acessar Área Restrita' are also visible. The main navigation bar includes 'Apresentação', 'Publicações', 'Taxonomia', 'Matriz de Saldos Contábeis', and 'Consultas'. The 'Consultas' menu is open, showing options: 'Consultar Finbra', 'Consultar Declarações', 'Consultar Matrizes', 'Consultar Históricos', and 'Consultar Dados Gerenciais'. The 'Contas Anuais' option is highlighted with a red box. Below the navigation bar, the breadcrumb trail reads 'Página Inicial do Siconfi / Contas Anuais', and the page title 'Contas Anuais' is displayed.

Coletando dados referentes ao siconfi

Contas Anuais



Exercício: *

Escopo: *

Tabela: *

Período de Homologação/Retificação:

  a 

Coletando dados referentes ao siconfi

Ao gerar a consulta, nós teremos o arquivo zipado, podendo realizar a extração e ai separar por análise.



Coletando dados no IBGE

➤ Coleta dos dados:

Sítio eletrônico: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para este exemplo Foram extraídas as informações econômicas e demográficas: acerca da população estimada para os períodos de 2015 a 2017 e sobre o PIB (Produto Interno Bruto, período 2015).

← → ↻ https://cidades.ibge.gov.br ☆ 

 BRASIL [Serviços](#) [Simplifique!](#) [Participe](#) [Acesso à informação](#) [Legislação](#) [Canais](#) 

 [Página Inicial](#) [Aniversários dos Municípios](#) 

< Voltar

Selecionar local

Brasil >

Estados >

Municípios >

Acre

Alagoas

Amapá

Amazonas

Bahia

Ceará

Distrito Federal

Espírito Santo

Goiás

Maranhão

**INHEÇA
ADES E
ADOS
BRASIL**

o sistema agregador de
sobre os municípios e
i você pode encontrar as
fográficos e mapas. Além
os indicadores entre



Página Inicial



Aniversários dos Municípios

O que você procura?



Brasil /

Rio Grande do Norte

Selecionar local



Panorama

Pesquisas

História & Fotos



Gentílico
potiguar, norte-rio-
grandense, rio-grandense-
do-norte

Capital
Natal

Governador
ROBINSON MESQUITA DE FARIA



POPULAÇÃO



População estimada [2018]	3.479.010 pessoas
População no último censo [2010]	3.168.027 pessoas
Densidade demográfica [2010]	59,99 hab/km ²

População

População no último censo

3168027 pessoas

Comparando a outros estados

No país
27º



[Acessar página de ranking](#)

População no último censo

Acre: pessoas





BRASIL

Serviços

Simplifique!

Participe

Acesso à informação

Legislação

Canais



INSTITUCIONAL

RESPONDENTES

LOJA

ATENDIMENTO

PORTAL IBGE ANTIGO



Busque no IBGE



Estatísticas



Geociências



Biblioteca

Agência de Notícias

Calendários

Nossos sites

POR TEMA



SOCIAIS

População

Trabalho

Educação

Saúde

Habitação

Rendimento, despesa e consumo

Administração pública e participação
político-social

Justiça e segurança

ECONÔMICAS

Agricultura, pecuária e outros

Indústria e Construção

Comércio

Serviços

Preços e custos

Setor informal

Contas nacionais

Finanças públicas

MULTIDOMÍNIO

Condições de vida, desigualdade e
pobreza

Ciência, Tecnologia e Inovação

Empreendedorismo

Gênero

Cultura, recreação e esporte

Turismo

Meio ambiente

Busque no IBGE



Estatísticas



Geociências



Biblioteca

Agência de Notícias

Calendários

Nossos sites

> Estatísticas > Econômicas

Contas nacionais

Compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como Produto Interno Bruto - PIB, PIB per capita, e Renda Nacional Bruta, entre outros aspectos. Tem como referência metodológica as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts - SNA*. Compreende também Contas Regionais e PIB dos municípios.

Principais produtos deste tema:

SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais

SCN - Sistema de Contas Nacionais

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária do Governo

SCR - Sistema de Contas Regionais

Matriz de Insumo-Produto

CEAA - Contas econômicas ambientais da água: Brasil

ine.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html

O que é

Downloads

Edições

2015

Sobre a publicação

Tabelas

Informações técnicas

Conceitos e métodos

Publicações

Outras informações

Downloads

- 1985_a_2003
- 1985_a_2004
- 2008
- 2009
- 2010
- 2011
- 2012
- 2013
- 2014
- 2015
 - ods
 - xls
 - Conta_da_Producao_2002_2015_indice_das_tabelas.txt
 - Conta_da_Producao_2002_2015_xls.zip
 - Conta_da_Producao_2010_2015_indice_das_tabelas.txt
 - Conta_da_Producao_2010_2015_xls.zip
 - Especiais_2002_2015_indice_das_tabelas.txt
 - Especiais_2002_2015_xls.zip
 - Especiais_2010_2015_indice_das_tabelas.txt
 - Especiais_2010_2015_xls.zip
 - PIB_Otica_da_Renda.xls

Coletando dados no CAGED

The screenshot shows the CAGED portal on the website trabalho.gov.br/trabalhador-caged. The browser's address bar is highlighted with a red box. The page header includes the Brazilian flag, the text "BRASIL", and navigation links: "Serviços", "Simplifique!", "Participe", "Acesso à informação", "Legislação", and "Canais". The main header features the "Secretaria de Trabalho" logo and the text "MINISTÉRIO DA ECONOMIA". A search bar labeled "Buscar no portal" is present, along with social media icons for Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, and LinkedIn. The main content area has a green banner with a yellow arrow graphic and the text "#MINISTÉRIO DA ECONOMIA" and "PREVIDÊNCIA E TRABALHO | MINISTÉRIO DA ECONOMIA". Below the banner, there is a sidebar with links: "Notícias", "Rede de Atendimento", "Emprega Brasil", "Agendar Atendimento", and "Ouvidoria". The main content area displays a grid of buttons: "Sobre o CAGED", "Entrega da Declaração", "Declaração já Entregue", "Prazo de Entrega do CAGED", "Downloads", "Certificado Digital", "Estatística", "Perguntas Frequentes", "Exame Toxicológico", and "Reforma Trabalhista". A "VOLTAR" button is located in the top right corner of the main content area.

← → ↻ ⓘ Não seguro trabalho.gov.br/trabalhador-caged ☆

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Secretaria de **Trabalho** MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Buscar no portal 🔍

f i t y d

Perguntas frequentes | Dados estatísticos | Contato e Ouvidoria | Serviços do Ministério do Trabalho | Área de imprensa

PÁGINA INICIAL > CAGED

#MINISTÉRIO DA ECONOMIA PREVIDÊNCIA E TRABALHO | MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Notícias

Rede de Atendimento

Emprega Brasil

Agendar Atendimento

Ouvidoria

← VOLTAR

Sobre o CAGED Entrega da Declaração Declaração já Entregue Prazo de Entrega do CAGED

Downloads Certificado Digital Estatística Perguntas Frequentes Exame Toxicológico

Reforma Trabalhista

Coletando dados no CAGED

The screenshot shows the CAGED portal on the website trabalho.gov.br/trabalhador-caged. The browser's address bar indicates the page is not secure. The header features the Brazilian flag, the word "BRASIL", and navigation links: "Serviços", "Simplifique!", "Participe", "Acesso à informação", "Legislação", and "Canais". Below the header, there are links for "Ir para o conteúdo", "Ir para o menu", "Ir para a busca", and "Ir para o rodapé". The main banner displays "Secretaria de Trabalho" and "MINISTÉRIO DA ECONOMIA" with a search bar labeled "Buscar no portal". Social media icons for Facebook, Instagram, Twitter, YouTube, and LinkedIn are also present. A secondary navigation bar includes links for "Perguntas frequentes", "Dados estatísticos", "Contato e Ouvidoria", "Serviços do Ministério do Trabalho", and "Área de imprensa". The breadcrumb trail shows "PÁGINA INICIAL > CAGED". A large green banner features a yellow bar chart and the text "#MINISTÉRIO DA ECONOMIA • TRABALHO •" and "PREVIDÊNCIA E TRABALHO | MINISTÉRIO DA ECONOMIA". On the left, a sidebar lists "Notícias", "Rede de Atendimento", "Emprega Brasil", "Agendar Atendimento", and "Ouvidoria". A "VOLTAR" button is located to the right of the sidebar. The main content area contains a grid of buttons: "Sobre o CAGED", "Entrega da Declaração", "Declaração já Entregue", "Prazo de Entrega do CAGED", "Downloads", "Certificado Digital", "Estatística" (highlighted with a red border), "Perguntas Frequentes", "Exame Toxicológico", and "Reforma Trabalhista".

Coletando dados no CAGED

CONSULTAS

Acesso Online às Bases de Dados

CAGED Ajustes

Evolução do Emprego do CAGED

CAGED Estabelecimento

Perfil do Município

ISPER - Dados por Município

Anuário RAIS

Comportamento do Emprego Formal

Mapa do Emprego Formal

Microdados RAIS e CAGED

Ano-base 2017

RAIS - Mapa do Emprego Formal.

CAGED



CAGED

Acompanhe o comportamento do emprego mensalmente.

RAIS



RAIS

Consulte dados da RAIS de forma fácil e completa.

MICRODADOS



MICRODADOS

Consulte aqui os dados da RAIS e CAGED, em txt.

Coletando dados no CAGED

RAIS

O PDET

O Programa

Registros
Administrativos

O que é RAIS?

O que é CAGED?

CONSULTAS

Acesso Online às
Bases de Dados

CAGED Ajustes

Evolução do
Emprego do
CAGED

-- -- --

Perfil do Município

Publicado: Quinta, 19 de Maio de 2016, 10h06 | Última atualização em Segunda, 23 de Julho de 2018, 11h25 | Acessos: 55569

 Tuitar

 Curtir 23 mil

Perfil do Município

Reúne um conjunto de informações do CAGED, desagregados por município e setor de atividade. Por meio dele, é possível acompanhar as movimentações (admissões e desligamentos) do CAGED, por tipo de movimentação e ocupação.

Pela magnitude espacial e temporal, torna-se um instrumental imprescindível no acompanhamento do emprego formal do país e na definição de estratégias das políticas públicas de trabalho e renda.

Estrutura

-Consultas em nível geográfico, o que permite uma análise comparativa do município x micro região, município x UF e micro região x UF.

-Consultas em nível ocupacional, permitindo ao usuário o conhecimento das ocupações que mais admitiram, que mais desligaram, aquelas de maior e menor saldos, inclusive com o salário médio de admissão.

Para acessar a base [clique aqui](#)

Coletando dados no CAGED

← → ↻ ⓘ Não seguro | bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php ☆ | D ⋮

BRASIL

Perfil do Município





UF:

Microrregião:

Município:

Setor:

Subsetor:

☒ Código ☐ Nome

Tipo de Quadro

☒ Consolidado

☐ Comparativo

Movimentação

☒ Agregada

☐ Desagregada

Nível

☒ Geográfico

☐ Ocupacional

Ano Início: Mês Início:

Ano Fim: Mês Fim:

Perfil do Município

Período: Jan - Jan

Município: 240420:Goianinha

Microrregião: Litoral Sul-RN

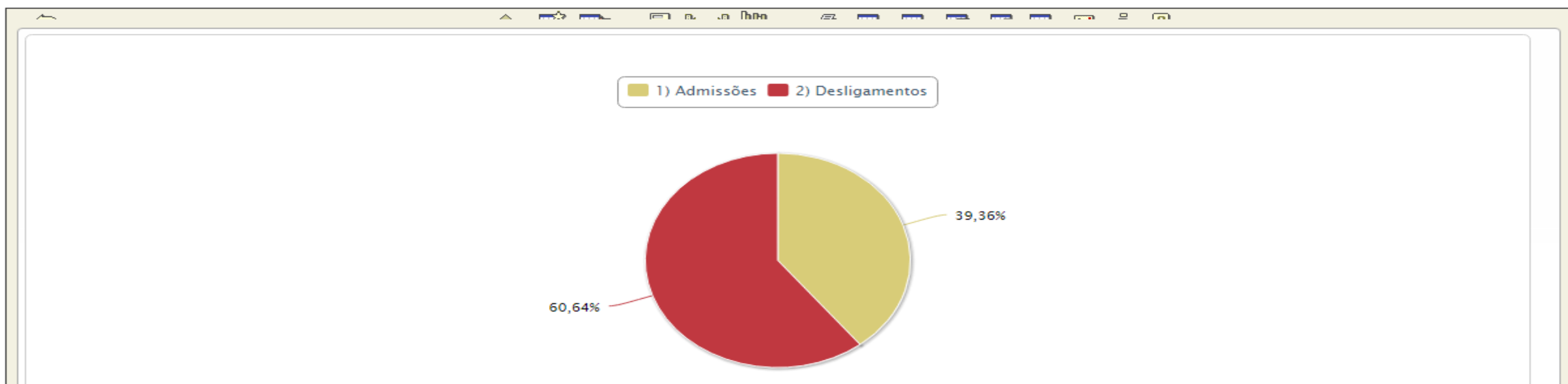
UF: Rio Grande do Norte

Setor: Todos

SubSetor: Todos

Coletando dados no CAGED

Perfil do Município							
△▽ Movimentação agregada	□△▽ Município	□△▽ %	□△▽ Micro Região	□△▽ %	□△▽ UF	□△▽ %	□△▽ Brasil
1) Admissões	37	7,97	464	0,31	12.094	0,00	1.325.183
2) Desligamentos	57	16,06	355	0,42	13.453	0,00	1.290.870
Nº Emp. Formais - 1º Jan/2019	1.956	15,41	12.695	0,46	425.306	0,01	38.410.428
Total de Estabelecimentos	535	20,40	2.623	0,58	92.687	0,01	8.214.037
Variação Absoluta	-20		109		-1.359		34.313



Parte Prática

APLICAÇÃO

MODELO STN (CAPAG), 2017

Indicadores: Endividamento (DC); Poupança Corrente (PC); Liquidez (IL)

- **DC e IL: (RGF) 3º quadrimestre do último exercício**
- IL: disponibilidades de caixa e as obrigações financeiras das fontes de recursos não vinculadas
- **PC: Balancos anuais dos três últimos exercícios, média ponderada.**

	Exercício t-1	Exercício t-2	Exercício t-3	Total
Peso	0,50	0,30	0,20	1,00

Indicadores	Fórmulas	Classificações	
I - Endividamento (DC)	$\frac{\text{Dívida Consolidada Bruta}}{\text{Receita Corrente líquida}}$	A B C	DC < 60% 60% < DC < 150% DC > 150%
II - Poupança Corrente (PC)	$\frac{\text{Despesas Correntes}}{\text{Receita Corrente Ajustada}}$	A B C	PC < 90% 90% < PC < 95% PC > 95%
III - Índice de Liquidez (IL)	$\frac{\text{Obrigações Financeiras}}{\text{Disp. de Caixa Bruta}}$	A C	IL < 1 IL > 1

IL	PC	DC	CAPAG
A	A	A	A
A	A	B	B
A	A	C	
A	B	A	
A	B	B	
A	B	C	
C	C	C	D
Outros			C

MODELO STN (CAPAG), 2017

Os conceitos e os procedimentos a serem adotados estão em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual dos Demonstrativos Fiscais - MDF vigentes. Os manuais estão disponíveis na internet, no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

1. Dívida Pública Consolidada - montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos, e das operações de crédito, que, embora de prazo inferior a 12 (doze) meses, tenham constado como receitas no orçamento.

2. Receita Corrente Líquida - somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes (inclusive os recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb) e outras receitas também correntes, deduzidas as transferências Constitucionais a Municípios, a Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, a Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, a Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e os pagamentos para formação do FUNDEB.

MODELO STN (CAPAG), 2017

3. Despesas Correntes - gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Abrange as transferências a Municípios e desconsidera os lançamentos das perdas líquidas com o FUNDEB. Utilizar-se-ão as despesas empenhadas do exercício.

4. Receita Corrente Ajustada - somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes (inclusive os recursos recebidos do FUNDEB) e outras receitas também correntes, consideradas as receitas intraorçamentárias e os recursos repassados aos Municípios e desconsideradas as restituições de receitas, os pagamentos para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.

5. Obrigações Financeiras - obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão considerados apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades., para atender a quaisquer finalidades.

6. Disponibilidade de Caixa Bruta - ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão considerados apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Natal - RN (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA VERIFICADA (f)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	507.621.932,02	24.274.759,04	52.284.936,65	131.672.329,39	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	4.173.553,98	12.004,85	325.816,81	1.524.942,98	0,00	
Transferências do FUNDEB 60%	1.468.366,84	2.461,20	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 40%	978.911,23	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	8.494.189,61	20.892,46	740.840,27	1.748.916,17	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.924,47	11.695.553,82	40.287.714,35	1.023.942,50	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	5.859.335,62	4.455.476,66	10.541.198,69	30.197.482,57	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	3.600.741,40	106.203,74	301.058,89	0,00	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	409.833.824,80	171.167,97	0,00	161.510,54	0,00	
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	3.198.529,93	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	4.932.880,04	0,00	81.896.635,67	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	70.010.554,14	2.878.118,30	88.307,64	15.118.898,96	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	24.244.314,69	354.486.446,88	155.832.539,91	33.518.204,52	0,00	
Recursos Ordinários	11.859.232,24	353.783.857,16	155.830.798,65	33.436.895,02	0,00	
Outros Recursos não Vinculados	12.385.082,45	702.589,72	1.741,26	81.309,50	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	531.866.246,71	378.761.205,92	208.117.476,56	165.190.533,91	0,00	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	498.103.992,81	492.258.906,68	502.556.179,49	529.243.335,41
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	319.557.215,04	313.712.128,91	307.826.496,34	303.664.565,97
Empréstimos	319.557.215,04	313.712.128,91	307.826.496,34	303.664.565,97
Internos	319.557.215,04	313.712.128,91	307.826.496,34	303.664.565,97
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	178.546.777,77	178.546.777,77	194.729.683,15	225.578.769,44
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	170.125.893,98	140.724.588,93	137.866.049,44	133.196.489,50
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00	10.193.050,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	89.450.086,23	70.393.632,04	64.134.497,90	106.448.809,53
(-) Restos a Pagar Processados	163.849.399,41	210.897.132,54	194.705.963,95	96.255.759,03
Demais Haveres Financeiros	170.125.893,98	140.724.588,93	137.866.049,44	123.003.439,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	327.978.098,83	351.534.317,75	364.690.130,05	396.046.845,91
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.841.386.506,48	1.963.188.484,42	1.983.057.586,35	2.032.698.305,88

Balanço Anual (DCA)

Prefeitura Municipal de Natal - RN (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2018

Período de referência: Período único (anual)

DCA-Anexo I-D | Balanço Orçamentário - Despesas Orçamentárias

Despesas Orçamentárias	Execução da Despesa				
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Inscrição de Restos a Pagar Processados
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-
Total Geral da Despesa	2.429.882.615,24	2.161.614.200,83	1.953.494.924,27	268.268.414,41	0,00
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes	2.242.460.382,87	2.119.931.127,47	1.916.007.768,61	122.529.255,40	0,00
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	1.141.153.023,72	1.138.041.315,66	1.044.095.782,78	3.111.708,06	0,00
3.1.20.00.00 - Transferências à União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.30.00.00 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.40.00.00 - Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.50.00.00 - Transferências a Instituições Sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.73.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.74.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar no 141, de 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.80.00.00 - Transferências ao Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas	1.141.153.023,72	1.138.041.315,66	1.044.095.782,78	3.111.708,06	0,00
3.1.90.01.00 - Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.03.00 - Pensões do RPPS e do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.05.00 - Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.07.00 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.08.00 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor ou do Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.12.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.13.01 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dúvidas?
